



APPLE, M. et al. **Currículo, poder e lutas educacionais**: com a palavra, os subalternos. Tradução de Ronaldo Catado Costa. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Ana Maria Eyng

Professora Dra. do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba, PR - Brasil, e-mail: ana.eyng@pucpr.br

A teorização de Michael Apple na perspectiva crítica do currículo tem como foco de análise a relação entre o currículo e conhecimento escolar com destaque para a crítica das teorias tradicionais e ao papel ideológico do currículo. Esse livro, organizado juntamente com Kristen L. Buras, retoma pressupostos de sua produção anterior e levanta o debate sobre a perspectiva, a experiência e a história privilegiada no currículo, assim como nas instituições educacionais de um modo mais geral. A análise crítica da distribuição desigual do poder político, econômico e cultural que caracteriza as lutas educacionais por conhecimento e voz, no contexto contemporâneo, compreende o foco deste livro.

Os organizadores iniciam suas considerações questionando: *Tem mais valor o conhecimento de quem?* Dez autores em 11 capítulos mostram que não se trata de uma resposta simples e mesmo definitiva, suas ponderações são diversas conforme a configuração dos aspectos considerados na teorização da questão, extremamente relevante e atual face aos múltiplos agentes e contextos. Os argumentos apresentados avaliam de forma crítica a política do conhecimento em contextos nacionais e internacionais, com ênfase na significância local e transnacional de determinadas controvérsias, de certas políticas e de certos projetos. Cada autor, ao esboçar a sua perspectiva de

análise, propõe outras tantas questões igualmente instigantes e fundamentais para o estudo do campo do currículo no contexto contemporâneo. Tais questionamentos e pressupostos são indicativos para a compreensão e enfrentamento do fenômeno das violências nas escolas.

A obra, considerada coletivamente busca: **esclarecer** muitas das grandes lutas pelo conhecimento que caracterizam o momento contemporâneo; **proporcionar** uma lente para considerar como as iniciativas dominantes e, muitas vezes, antidemocráticas de construir e reconstruir o currículo e as políticas escolares devem ser combatidas por mobilizações progressistas e subalternas, às vezes contraditórias; **desafiar** algumas das maneiras predominantes de entender o subalterno.

O livro é dividido em três partes: 1. Os subalternos falam: na voz de quem? 2. Os subalternos falam: contextos americanos. 3. Os subalternos falam: contextos internacionais. Para destacar os pontos relevantes e o foco de análise de cada autor, nada mais próprio do que recorrer ao que é enfatizado pelos organizadores do livro. É o que segue:

Os três capítulos da **primeira parte** enfatizam movimentos educacionais que foram pouco estudados e que são motivados pelas tendências da modernização conservadora, assim como a relação frágil e, muitas vezes, contraditória de agendas direitistas com os interesses de comunidades oprimidas.

No Capítulo 1, “A trajetória do movimento Core Knowledge: aulas de história segundo as visões de cima para baixo e de baixo para cima”, Kristen L. Buras argumenta que estamos entrando em uma era em que as formas progressistas de multiculturalismo estão sendo redefinidas ao longo de linhas conservadoras por grupos poderosos e aceitas como parte de uma conciliação decisiva – pretendendo-se ganhar o consentimento das comunidades subalternas para determinadas reformas educacionais.

No Capítulo 2, “Somos os novos oprimidos: gênero, cultura e o trabalho da escolarização em casa”, Michael W. Apple, concentrando-se em uma diferente linha de modernização conservadora, avalia as maneiras como os papéis de gênero tradicionais para as mulheres, o acesso a novas tecnologias como a internet, o crescimento das editoras cristãs e até mesmo o desenvolvimento de legislação para as escolas *charter* facilitaram o surgimento da escolarização em casa dirigida por mulheres religiosas fundamentalistas e evangélicas conservadoras. O autor esclarece as contradições nos movimentos conservadores que posicionam as mulheres como subservientes e, ainda

assim, simultaneamente proporcionam identidades de atores poderosos a essas mesmas mulheres.

No Capítulo 3, “Podem os subalternos agir? O envolvimento afro-americano em planos de vale-educação (vouchers)”, Thomas C. Pedroni examina a formação da identidade e a ação de pais afro-americanos de baixa renda envolvidos na aliança condicional formada com grupos dominantes – particularmente neoliberais – em torno do vale-educação e sugere que os grupos subalternos não se tornam necessariamente direitistas (politicamente) quando apoiam a reforma escolar baseada no mercado.

Composta pelos capítulos 4 a 7, a **segunda parte** concentra-se no posicionamento e na participação de grupos subalternos variados nos Estados Unidos, incluindo estudantes nativo-americanos, ativistas educacionais feministas *chicanas*, estudantes homossexuais e estudantes negros, bem como intelectuais progressistas, em uma variedade de lutas educacionais. Os autores examinam as iniciativas de grupos subalternos para desafiar os efeitos da modernização conservadora na escolarização, para intervir nos circuitos de produção, distribuição e recepção do currículo e para exercer sua influência em resposta a questões de reconhecimento e redistribuição.

O capítulo 4, “Em minhas aulas de história, eles sempre distorcem as coisas da maneira oposta: a oposição da juventude indígena à dominação cultural em uma escola urbana” é escrito por Glenabah Martinez. A autora concentra-se na recepção de currículos “regulares” e de estudos nativo-americanos por estudantes indígenas em uma escola urbana e revela como a dominação, as concessões e a resistência ocorrem na sala de aula. Além disso, a autora explora a complicada relação entre o entendimento dos estudantes sobre o que é considerado útil do ponto de vista educacional e as noções sobre o conhecimento “branco” obrigatório e o conhecimento “vermelho” opcional.

O Capítulo 5, escrito por Dolores Delgado Bernal, se intitula “Repensando o ativismo popular: a resistência das mulheres chicanas nas paralisações estudantis de 1968 em Los Angeles”. O texto concentra-se em um protesto histórico de estudantes *chicanos* contra currículos racistas e contra a desigualdade de recursos nas escolas públicas da zona leste de Los Angeles. As *chicanas* envolvidas na mobilização não foram percebidas como líderes. Por meio de histórias orais, a autora mostra como determinadas construções da ação ocultam as contribuições das mulheres e, assim, discute o que significa, popularmente, “falar”.

“Detração, medo e assimilação: raça, sexualidade e reforma educacional após o 11 de setembro”, é o Capítulo 6, de Kevin K. Kumashiro. O autor reflete sobre a dinâmica racial e sexual do contexto pós-11 de setembro e questiona como essa dinâmica se relaciona com formas de “diferença” nas escolas. Na sociedade e na educação, argumenta o autor, as diferenças raciais e sexuais engendraram o medo e as reformas voltadas à assimilação, que estimulam a conversão, a omissão e o disfarce – que sobrecarregam as identidades de estudantes subalternos, enquanto deixam inquestionado o poder das formas dominantes.

“Subalternos no paraíso: a produção do conhecimento na academia corporativa” é o Capítulo 7, escrito por Stanley Aronowitz, o qual mostra como interesses militares e empresariais infectaram a produção, a distribuição e a recepção do conhecimento em instituições educacionais de ensino superior e reduziram as possibilidades de formas mais esclarecidas de ensino e pesquisa. Assim, o trabalho intelectual é cada vez mais mercantilizado e comprometido com os ditames das elites econômicas e das forças conservadoras estatais, tornando os pesquisadores subalternos.

A **terceira parte** analisa o significado da subalternidade na produção, distribuição e reconstrução do conhecimento escolar em contextos fora dos Estados Unidos. Busca entender os elementos específicos de como as disputas se desenvolvem em uma variedade de contextos, nas diferentes realidades globalizadas que levam a pensar além das fronteiras e a reconhecer que as histórias e lutas são conectadas com as de tantas outras nações. Indicam pontos de partida para a reflexão, para o diálogo e para ações transacionais que possam contribuir para democratizar a educação, combater os efeitos de políticas globais e construir uma visão curricular que transponha fronteiras e redefina a relação entre formas insurgentes de educação multicultural e global.

No Capítulo 8, “Lutando por reconhecimento”: o Estado, os movimentos de oposição e as mudanças curriculares, Jyh-Jia Chen documenta os conflitos ocorridos em Taiwan em torno do reconhecimento da história, da língua e da cultura nativas nos currículos escolares. Sua análise também discute a força dos movimentos opositoristas para reconstruir o currículo e a identidade e para influenciar a ação do Estado.

Luís Armando Gandin analisa iniciativas subalternas em Porto Alegre, no Capítulo 9, intitulado: “Criando alternativas reais às políticas neoliberais em educação: o projeto da Escola”. O autor enfatiza como as comunidades oprimidas rearticularam discursos neoliberais sobre concorrência internacional e devolução de responsabilidades, na tentativa de fundamentar o aumento em investimentos em educação, a gestão escolar participativa e o currículo popular no projeto da Escola Cidadã.

No Capítulo 10, “Uma contribuição para um multiculturalismo cosmopolita subalterno”, Kristen L. Buras e Paulino Motter analisam como as tradições do multiculturalismo ocidental – de esquerda e direita – estão arraigadas em um modelo que enfatiza a afiliação e a diferença *dentro* da Nação. Apresentam o desafio para imaginar e desenvolver um currículo que estimule uma variedade de solidariedades, promova os interesses de comunidades subalternas em âmbito local, nacional e global que possibilite aos estudantes pensar e agir “em” e “além” das fronteiras nacionais.

No capítulo 11, “Respondendo ao conhecimento oficial”, Michael Apple e Kristen L. Buras retomam a discussão e esboçam diversas questões sobre o que pode significar o desenvolvimento de teorias mais complexas a respeito do reconhecimento cultural e como elas podem nos ajudar a entender melhor as complexidades, as contradições, os limites, os perigos e as possibilidades das lutas educacionais que ocorrem hoje em dia.

Para concluir destacando questões importantes trabalhadas no livro, para o estudo e enfrentamento das violências nas escolas:

- nos currículos escolares normalmente estão ausentes as vozes, as práticas culturais e o significado do estilo de sujeitos concretos, pós-coloniais históricos e das minorias. O que acirra a opressão e a subalternidade;
- a distribuição desigual do poder político, econômico e cultural caracteriza os currículos nos quais se concentram disputas entre grupos dominantes e subalternos para definir o que conta como conhecimento e para se apropriar de recursos políticos, econômicos, culturais e sociais em uma variedade de contextos educacionais, em âmbito nacional e internacional. O que acirra as disputas e os conflitos entre os diferentes atores;
- as atuais políticas neoliberais têm trabalhado para redefinir a democracia nos termos do livre-mercado, com os “consumidores” escolhendo “produtos” educacionais como interesses pessoais, e não como cidadãos que se mobilizam coletivamente pela educação como um bem público. O que acirra a competição e o individualismo;
- da mesma forma, os neoconservadores contribuíram para a virada à direita, defendendo o retorno ao conhecimento tradicional, muitas vezes por meio de mecanismos de avaliação e currículos padronizados. O que acirra o controle, o enfraquecimento do protagonismo, da autonomia e fortalece as contradições da identidade e da ação.

É importante ler o livro tendo em mente que a obra demonstra como na educação a dominação e a subalternidade se misturam e se confundem, formando uma teia enredada de inter-relações baseadas em questões de classe, raça, gênero, orientação sexual, “habilidade”, religião, língua e afiliações locais, nacionais e globais. É que as lutas educacionais estão intimamente vinculadas aos conflitos nas áreas sociais, econômicas, políticas e culturais mais amplas. E sem esquecer que a influência crescente de posições direitistas em cada uma dessas áreas é acentuada e tem tido grandes efeitos na educação e nas políticas da identidade e da cultura, nas disputas sobre produção, distribuição e recepção do currículo, bem como nas relações entre mobilizações nacionais e internacionais.

Sobre os organizadores da obra

Michael Apple é doutor em Educação pela Universidade de Columbia. Atualmente, é professor na Universidade de Wisconsin-Madison, onde atua desde 1970. Tem como principal objeto de investigação, a relação entre cultura e poder na educação. De suas várias publicações traduzidas para o português temos: *Ideologia e currículo* (1982); *Educação e poder* (1989); *Escolas Democráticas* (1997); *Política cultural e educação* (2000); *Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo* (2005).

Kristen L. Buras é doutora em Educação pela Universidade de Wisconsin-Madison. Atualmente, é professora assistente na Divisão Educacional na Emory University. Tem como objeto de pesquisa a análise crítica do currículo e as reformas educativas/movimentos urbanos em contextos nacional e mundial, com enfoque sobre o multiculturalismo e neoconservadorismo. O livro *Currículo, poder e lutas educacionais: com a palavra, os subalternos* (2008) é seu único livro traduzido para o português.

Recebido: 04/04/2009

Received: 04/04/2009

Aprovado: 21/06/2009

Approved: 06/21/2009